

POLÍTICA EXTERNA

Tarifaço “muito em breve”

Declarações de representante do Departamento de Comércio norte-americano, Jamieson Greer, reforçam a ofensiva dos EUA

» FERNANDA STRICKLAND
» ARMANDO HOLANDA
» VANILSON OLIVEIRA

A iminente imposição de novas tarifas dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros ganhou força, ontem, após o representante do Departamento de Comércio norte-americano, Jamieson Greer, afirmar que uma decisão final será anunciada “muito em breve”. A declaração indica que o tarifaço está mais próximo de sair do papel diante da falta de consenso entre os dois países e da proximidade do prazo legal, que se encerra em 15 de julho. Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), recebeu o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, duas vezes no Palácio da Alvorada.

O encontro ocorreu em meio aos esforços do Palácio do Planalto e do Itamaraty para buscar uma solução diplomática antes da eventual entrada em vigor da medida. Nos últimos dias, o governo brasileiro tem intensificado as articulações diplomáticas para tentar reverter o tarifaço de 25% anunciado pelos Estados Unidos. A estratégia inclui contatos entre o Itamaraty, representantes do governo norte-americano e integrantes do setor produtivo, na tentativa de preservar as exportações brasileiras e evitar prejuízos para empresas dos dois países.

No entanto, em entrevista à Fox Business Network, Jamieson Greer reconheceu que ainda existe uma “distância considerável” entre as posições de Brasília e Washington. Segundo ele, a conclusão da investigação comercial conduzida pelo governo americano obriga a administração do presidente Donald Trump a divulgar uma decisão nos próximos dias.

Fabrice COFFRINI / AFP



Jamieson Greer: “distância considerável” entre Washington e Brasília

As medidas em análise podem elevar em até 37,5% as tarifas sobre parte das exportações brasileiras. O pacote é composto por duas propostas distintas: uma tarifa de 25%, baseada em uma investigação aberta em julho de 2025 sobre supostas práticas comerciais desleais envolvendo temas como desmatamento ilegal, pirataria e o sistema de pagamentos Pix; e uma taxa adicional de 12,5%, relacionada à avaliação de que o Brasil não teria restrições suficientes à importação de produtos produzidos com trabalho forçado análogo à escravidão.

As discussões sobre a tarifa de 25% entraram nesta semana na fase de audiências públicas promovidas pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (US-TR). As sessões reuniram representantes de setores produtivos brasileiros e americanos ligados a segmentos como café, arroz, açúcar, etanol de milho, ferro-gusa, rochas ornamentais, madeira, papel, calçados, mel e propriedade intelectual. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva optou por não participar ativamente das audiências, enquanto o senador e pré-candidato à



Mauro Vieira: ministro foi chamado duas vezes para o Alvorada

Presidência Flávio Bolsonaro participou do segundo dia das discussões. Apesar do avanço do processo, o governo americano divulgou listas de exceções para determinados produtos, numa tentativa de reduzir possíveis impactos sobre os preços internos nos Estados Unidos. Com o prazo legal se aproximando e sem avanços significativos nas negociações, a avaliação de autoridades americanas indica que a definição sobre o tarifaço entrou em sua fase decisiva, elevando a expectativa de que uma decisão seja anunciada antes da próxima terça-feira.

Dados antigos

Integrantes do Palácio do Planalto avaliam que o governo dos Estados Unidos recorreu a informações antigas e já conhecidas para sustentar a investigação aberta contra o Brasil com base na Seção 301 da legislação comercial norte-americana. Na leitura de interlocutores do presidente Lula, a estratégia busca criar um ambiente favorável à adoção de medidas tarifárias e ampliar o poder de barganha de Washington nas negociações bilaterais. Eles

atribuem a medida ainda à viagem do senador e presidenciável Flávio Bolsonaro (PL-RJ) que antecedeu o anúncio das sanções. Segundo fontes ouvidas pelo **Correio**, a percepção dentro do governo é de que o relatório apresentado pelos norte-americanos reúne, em grande parte, reclamações históricas de setores empresariais dos EUA, sem trazer elementos novos que justifiquem uma escalada nas medidas comerciais contra o Brasil. Auxiliares do presidente afirmam que a ofensiva faz parte da política protecionista adotada pela gestão de Donald Trump, e tem como objetivo pressionar parceiros comerciais por meio da ameaça de novas tarifas. A avaliação é de que o documento busca conferir respaldo técnico a uma decisão que já estaria, em grande medida, definida politicamente. O governo brasileiro trabalha com a possibilidade de que o desfecho da investigação, inicialmente previsto para 15 de julho, seja antecipado. A expectativa é de que Washington possa anunciar as medidas antes da data inicialmente estimada, a depender da evolução das negociações em curso. Apesar do diagnóstico de endurecimento da posição norte-americana, o governo brasileiro mantém a estratégia de privilegiar a via diplomática. A orientação, segundo fontes do Executivo, é evitar uma escalada retórica enquanto equipes técnicas e diplomáticas seguem tentando demonstrar que as acusações apresentadas pelos EUA não refletem a realidade da relação comercial entre os dois países.

Leia mais sobre tarifaço na **página 7**

SABATINA COM PRÉ-CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O Correio Braziliense realizará um dia de entrevistas com os **pré-candidatos à Presidência da República nas eleições de 2026**, dando espaço para que apresentem suas ideias sobre temas de interesse de todos os leitores. Na pauta, assuntos como segurança pública, saúde, educação e economia serão aprofundados com cada participante.



28 DE JULHO • A PARTIR DAS 8H

Apoio:



Realização:



Produção:

